

MESTRADO EM PSICOLOGIA

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Apoios e Recursos em Pós-Adoção: Perceção de Pais Adotivos

Mariana Lima Pereira Novo

M

2023



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

APOIOS E RECURSOS EM PÓS-ADOÇÃO: PERCEÇÃO DE PAIS ADOTIVOS

Mariana Lima Pereira Novo

Junho 2023

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, área de Psicologia da Educação e do Desenvolvimento Humano, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), orientada pela Doutora Joana Lara Soares e coorientada pela Professora Doutora Maria Barbosa Ducharne.

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade indústria.

Agradecimentos

Antes de começar a dissertação, não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas que foram muito importantes para mim ao longo deste processo.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Joana Lara Soares, por ter sido incrível comigo desde o primeiro dia, foi também minha supervisora de estágio, e esteve sempre pronta para me ajudar com qualquer que fosse o meu problema. Obrigada por ter acreditado em mim, e me ter feito acreditar que eu ia conseguir entregar a tese no tempo que eu desejava. Obrigada, também por ter estado sempre disponível, por me acalmar, e me ajudar com as minhas dificuldades.

À minha coorientadora, Professora Doutora Maria Barbosa Ducharne, por toda a ajuda e por me ter inculcido o gosto pela área da Promoção e da Proteção, foi um privilégio ter sido sua aluna ao longo destes anos académicos. Obrigada.

À minha mãe e ao meu pai (Márcia e Filipe) por estarem sempre presentes em todas as áreas da minha vida, serem o meu exemplo e me darem sempre muita força para tudo, e sobretudo acreditarem em mim mais do que ninguém. O meu amor mais puro.

Ao meu irmão Rodrigo, o meu eterno companheiro e melhor amigo, o primeiro e para sempre amor da minha vida. Obrigada por seres como és e estares sempre comigo em tudo. Já sabes que o que nós temos é inquebrável e é para sempre. Fazes parte de mim.

Ao meu namorado Bruno, que já está nesta caminhada comigo há quase 6 anos, e me tem visto crescer. Começamos a namorar no ensino secundário, ainda nem eu sabia que queria psicologia, e agora vê-me fechar um ciclo. Obrigada por seres o meu companheiro de todas as horas, por me ajudares mesmo em tudo, por me teres ensinado a amar de uma outra forma, e por me incentivares a ser o melhor de mim em tudo.

À minha família (sabem quem são) por serem presentes na minha vida

À minha equipa Atlético da Póvoa, por serem o meu refúgio de todas as horas e por serem o meu mundo.

Resumo

A adoção é uma experiência complexa, repleta de desafios, tanto para quem é adotado como para quem adota. Face a esta complexidade torna-se crucial o acompanhamento e apoio em pós-adoção, capaz de responder atempadamente às necessidades e dificuldades das famílias que adotam. Em Portugal, o acompanhamento em pós-adoção é escasso e pouca investigação tem sido desenvolvida sobre esse tópico. Este estudo, inserido num projeto mais amplo, AdoPt – Follow-up em Pós-Adoção, tem como objetivo contribuir para a investigação neste tema, identificando os apoios de que beneficiam os pais adotivos em pós-adoção e os recursos que utilizam. Participaram neste estudo 107 figuras parentais (26.2% pais, 73.8% mães) do T1 do Projeto AdoPt, que tinham adotado 107 crianças/adolescentes, há 6.73 anos em média. Foi usado o Questionário Rede de Suporte e Apoio Especializado para Famílias Adotivas para avaliar o apoio em pós-adoção. Os resultados mostraram que os pais adotivos beneficiam de mais apoio ao nível de convívio social e ajuda nas tarefas domésticas, e menos em questões financeiras e específicas sobre adoção. Em termos de recursos, as famílias adotivas mostraram preferência pelas redes de apoio informal (e.g., cônjuge, pais/sogros, irmãos/cunhados, amigos/vizinhos). Foi também constatado que apenas 29.8% acedeu a recursos especializados em adoção (apoio formal), encontrando-se satisfeitos com o apoio fornecido. A procura de apoio especializado relaciona-se com uma maior idade da criança no momento de adoção e um maior tempo em acolhimento. Estes resultados sugerem contributos em termos das implicações para a prática e para a investigação nesta área.

Palavras-chave: adoção, apoio, pós-adoção, recursos

Abstract

Adoption is a complex experience, with many challenges both for the adoptee and the adopters. As such, the post-adoption support able to respond to the adoptive family's needs and difficulties is crucial. In Portugal, post-adoption support services are scarce and little research has been developed on this topic. This study, which is part of a broader project – AdoPt-Follow-up in Post-Adoption - aims to identify the types of support received by adoptive families in post-adoption period and the resources available/that they use. One-hundred and seven adoptive parents (26% fathers and 73.8% mothers), who had adopted 107 children/adolescents (6.73 years, on average, of length of adoption), participated in this study. The Support Network and Specialized Support for Adoptive Families Questionnaire was used to collect data on post-adoption support and resources. Findings showed that adoptive parents received more support related to the need of having a social life and help with household chores and less on financial and adoption-specific issues. Regarding resources, adoptive families resort more frequently to informal support networks (e.g., spouse, parents/in-laws, siblings/brothers-in-law, friends/neighbors). Further, results showed that only 29.8% of families resort to adoption specialized support/post-adoption services (formal support). However, most of them were satisfied/very satisfied with the support provided. The search for specialized support in adoption is related to a higher child's age at the time of adoption placement and a longer time in institutional care previously to adoption. Implications for practice and further research are drawn from the findings.

Keywords: adoption, support, post-adoption, resources

Apoios e Recursos em Pós-Adoção: Percepção de Pais Adotivos

A adoção é uma experiência complexa que envolve ganhos e perdas, gratificações e dificuldades, conquistas e desafios. A parentalidade, que por si só já é uma experiência desafiante, torna-se ainda mais complexa quando se é pai/ mãe de uma criança que passou, precocemente, por experiências adversas e traumáticas. Até serem adotadas, estas crianças vivenciaram episódios que poderão comprometer o seu desenvolvimento saudável e harmonioso, pois provêm, habitualmente, de ambientes familiares de origem onde a disfuncionalidade é comum, a violência doméstica “normal” nas suas casas e onde a negligência, a diferentes níveis, é grande (Waikamp & Serralta, 2017). De acordo com estatísticas nacionais, em 2021, 70% das crianças identificadas como estando em situação de perigo era devido a situações de negligência (Instituto de Segurança Social, Instituto Público, 2022). Adicionalmente, quando são retiradas dos seus contextos familiares de origem e são colocadas em acolhimento institucional, a probabilidade de vivenciarem experiências traumáticas e de negligência, face ao cuidado coletivo, inconsistente e não responsivo a que são sujeitas, é ainda maior (Penner, 2023). Em Portugal, em 2021, existiam 6369 crianças em acolhimento, das quais 96.5% encontravam-se em acolhimento institucional e apenas 3.5% estavam integradas em famílias de acolhimento (Instituto de Segurança Social, Instituto Público, 2022).

Quer a trajetória de vida das crianças que chegam à adoção pautada por experiências de trauma, quer a trajetória de vida dos adultos que adotam – muitas vezes caracterizadas por experiências de perda e luto de um filho biológico – fazem com que a adoção seja uma experiência marcada não só por ganhos, mas também por desafios, dificuldades e necessidade de resolução de perdas (e.g., Barroso & Barbosa-Ducharne, 2019; Soares, Ralha et al., 2019).

Do ponto de vista das crianças, a adoção implica à criança adotada vincular-se a novos adultos, criar relações com novos pares, lidar com o estatuto de adotada na escola, ao mesmo tempo que gere/ultrapassa todo o seu histórico de adversidade e de experiências traumáticas e o seu impacto no seu desenvolvimento atual (e.g., Raby & Dozier, 2019; Soares, Barbosa-Ducharne et al., 2019; Soares, Ralha et al., 2019; Wrobel & Grotevant, 2019).

Do ponto de vista dos pais, a adoção implica muitas vezes o confronto com perdas e lutos (pelo filho biológico que não conseguiram ter), com expectativas não concretizadas na criança que adotam, com dificuldades de ligação emocional à criança que chega à sua

casa, com a necessidade de criação de dinâmicas familiares específicas numa rotina familiar já constituída, com a importância de desenvolver uma parentalidade sensível às experiências de trauma precoce da criança, aos desafios na promoção do seu desenvolvimento e a toda a exigência do processo de comunicação sobre a adoção/passado e busca das origens da criança para com a sua família biológica (Pinderhughes & Brodzinsky, 2019). Face a toda esta complexidade envolta na experiência adotiva torna-se essencial – quase como universal – a necessidade de apoiar as famílias, após a adoção. Posto isto, a investigação no âmbito do apoio pós-adoção tem ganho também força nos últimos anos (Penner, 2023).

O apoio pós-adoção tem sido definido como um conjunto de serviços e recursos disponíveis para ajudar as famílias que adotam uma criança ou adolescente a lidar com os desafios e ajustes que surgem após a adoção (Pennington, 2012). A necessidade de apoio pós-adoção vai surgindo ao longo do tempo e ocorre principalmente quando a família adotiva se depara com problemas, que já não consegue ultrapassar através dos seus próprios meios e recursos (Alewine & Waide, 2018; Wind et al., 2007). Apesar disso, o apoio pós-adoção pode significar coisas diferentes para diferentes famílias (diferentes famílias podem percecionar diferentes necessidades de apoio para a mesma dificuldade), e varia dependendo da idade e do estágio de desenvolvimento da criança/adolescente, pois mediante as necessidades específicas de cada família e criança/adolescente podem ser necessários diferentes tipos de apoio (Pinderhughes & Brodzinsky, 2019).

Do ponto de vista dos pais adotivos, a literatura constata que os pais referem sentir necessidade de mais apoio pós-adoção relativo às necessidades de saúde mental e comportamentais das crianças adotadas, particularmente ao nível da sua gestão emocional (e.g., Selwyn & Lewis, 2021). Isto porque como já foi referido, os pais apresentam as suas próprias dificuldades de saúde mental, especificamente, relatam sentimentos de isolamento e de frustração, provavelmente fruto de uma imagem irreal do que é o período pós-adoção (Alewine & Waide, 2018). Para além disso, os pais referem a necessidade de estarem devidamente preparados e informados sobre os seus filhos e sobre questões relacionadas com o seu desenvolvimento, de serem capacitados para lidarem com traumas passados e terem acesso a redes de apoio social que forneçam a ajuda necessária (Anderson, 2005).

Contudo, apesar das famílias identificarem necessidades de apoio pós-adoção, a investigação também tem mostrado que as mesmas nem sempre são respondidas, sendo os relatos dos pais de falta de apoio, recursos e serviços pós-adoção (Harlow, 2018; Sturges & Selwyn, 2007). Segundo um estudo elaborado por Rosnati et al. (2013), onde compara a perceção de apoio entre famílias adotivas e não adotivas, as famílias adotivas obtiveram

pontuações menos elevadas na sua perceção de apoio, dispondo de menos recursos de ajuda quando comparadas com famílias não adotivas. Relativamente ao contexto português, num estudo recente de Alves et al. (2022) foram evidenciadas as dificuldades sentidas pelas famílias no acesso aos serviços de pós-adoção. As famílias relataram dificuldades na gestão comportamental e emocional das crianças e identificaram falta de apoio pós-adoção (Alves et al., 2022). A literatura revela a sensação de abandono sentida pelos pais após a sentença de adoção (e.g., Bryan et al., 2008; Dawson, 2021), em momentos em que as crianças/adolescentes enfrentam importantes transições de desenvolvimento, e as famílias têm de lidar com diferentes desafios em diferentes fases do ciclo vital da família adotiva (Pinderhughes & Brodzinsky, 2019).

Segundo a literatura, esta carência de apoios/serviços pós-adoção pode dever-se a três grandes aspetos: ao desconhecimento e à dificuldade em aceder aos recursos existentes (e.g., Alves et al., 2022; Festinger, 2002; Harlow, 2018; Lushey et al., 2018; Monck & Rushton, 2009; Reilly & Platz, 2004); à falta de qualidade e de eficácia dos serviços prestados (e.g., Harlow, 2018; Lushey et al., 2018; Palacios, 2007; Selwyn & Lewis, 2021; Sturgess & Selwyn, 2007); e ao estigma existente em redor da procura de ajuda por parte dos pais adotivos (e.g., Harlow, 2018).

De facto, uma barreira no acesso ao apoio em pós-adoção está relacionada com o facto dos pais não saberem como procurá-lo (Alves et al., 2022; Sánchez-Sandoval et al., 2020), sendo frequentemente citada a falta de informações sobre os serviços existentes (Festinger, 2002; Reilly & Platz, 2004). Segundo Harlow (2018) muita desta dificuldade de acesso aos recursos deve-se ao desconhecimento que os pais adotivos têm em definir e identificar os seus problemas, não conseguindo recorrer à ajuda adequada e eficaz, pois não sabem que tipo de profissionais/serviços procurar.

Mesmo se a investigação tem mostrado que as famílias que beneficiam de apoio psicológico e prático/instrumental são mais bem sucedidas na adoção, do que as famílias que não acedem a esse tipo de serviços no período pós-adoção (Hartinger-Saunders et al., 2015), o acesso a serviços abrangentes e de boa qualidade, como resposta no pós-adoção, continua a constituir-se como uma barreira para muitas famílias (Dhami et al., 2007; Reilly & Platz 2004), podendo também a isso dever-se a baixa perceção de apoio pós-adoção por parte dos pais adotivos (Alves et al., 2022). Além da pouca acessibilidade e disponibilidade de apoio pós-adoção, a literatura também sugere a falta de prestação de serviços competentes e especializados – ausência de profissionais *adoption competent*, ou seja, falta de especialização em adoção dos profissionais – que permitam atender, adequadamente, às

necessidades específicas destas famílias (Atkinson et al., 2017; Brodzinsky, 2013; Riley & Singer, 2020).

Por último, a investigação tem revelado que um entrave no que toca à procura de ajuda por parte dos pais adotivos, tem a ver com um certo estigma, por parte de quem adota, em procurar ajuda (Harlow, 2018). Seja por vergonha, perante uma sociedade que não compreende, seja por medo de serem julgados pelos profissionais de adoção – crença de que os pais adotivos não são suficientemente competentes, pois acreditam que têm que saber lidar com todos os problemas sozinhos, como uma família “normal” (sociedade encoraja à autonomia e independência familiar) – a procura de ajuda e apoio configura-se como um fracasso (Harlow, 2018). Assim, normalizar o acesso ao apoio pós-adoção tem-se vindo a demonstrar essencial para o bem-estar e estabilidade das famílias e das crianças adotadas (Alves et al., 2022; Harlow, 2018).

Neste sentido, Lushey et al. (2018) realizaram um estudo "Normalizing post adoption support for all", onde enfatizam e discutem a importância de normalizar os serviços de pós-adoção para todas as famílias que adotam, de forma que todas tenham acesso aos serviços adequados e necessários para a estabilidade da família e para a criação de relações positivas. De acordo com as autoras, a dificuldade em normalizar o apoio leva à falta de compreensão e de aceitação da sua necessidade, por parte das famílias. A fase de pós-adoção acarreta muitas dificuldades e desafios no sentido da gestão das expectativas parentais sobre a adoção, levando, muitas vezes, os pais a estar demasiado focados em criar e se ajustar a uma nova dinâmica familiar, não conseguindo identificar possíveis problemas pós-adoção e necessidades de apoio dos filhos, até que tais desafios atinjam um ponto crítico (Alewine & Waide, 2018). Lushey et al. (2018) defendem que normalizar o apoio pós-adoção não significa apenas tornar esses serviços mais acessíveis e amplamente disponíveis, mas também garantir que sejam de alta qualidade e adaptados às necessidades individuais de cada família (Dhami et al., 2007). Alves et al. (2022) apontam, no seu estudo, para a necessidade de adoção de políticas que ajudem a quebrar o estigma vivenciado pelas famílias que adotam. Neste ponto, Weistra e Luke (2017) defendem que a educação social para a adoção deve ser também um papel dos serviços de apoio pós-adoção, ajudando as famílias que adotam a lidar com o estigma/discriminação, ou micro-agressões de que são alvo no dia-a-dia, pela sociedade em geral.

Após a adoção, as famílias encontram-se numa fase muito emotiva e de extrema sensibilidade (Helmstead, 2017), é um período no qual as mães experimentam níveis comparáveis de depressão com mães biológicas (Rosnati et al., 2013). Sendo importante

que estes pais não se sintam sozinhos na sua caminhada e que tenham onde recorrer (fácil acesso) quando algo não está a funcionar da maneira que eles percebem e gostariam que funcionasse (Palacios et al., 2019). Este apoio é crucial, pois sem uma atuação precoce e atempada na família e um apoio adequado, oportuno e eficaz, as famílias adotivas são colocadas sob uma pressão acrescida, que leva a instabilidade na família e que pode ter efeitos a longo prazo, nomeadamente o insucesso da adoção (Hartinger-Saunders et al., 2015; Palacios et al., 2019; Selwyn et al., 2016).

O apoio pós-adoção necessita de ser multifacetado e capaz de ajudar as famílias a enfrentarem diversos desafios que podem ocorrer em diferentes domínios. Um estudo de Palacios (2007) revela que os recursos disponíveis para os pais adotivos nem sempre são adequados, pelo que se torna importante desenvolver e fornecer programas e serviços abrangentes que atendam às diversas necessidades e ajudem a fortalecer as famílias adotivas (Barth & Miller, 2000). É também importante dotar os pais de competências que facilitem o estabelecimento de vinculações seguras e relações saudáveis, positivas e estáveis com os seus filhos. Com intervenções precoces e abrangentes, os pais podem adquirir estratégias para lidar com os comportamentos desafiantes dos filhos e, assim, prevenir o aparecimento de dificuldades mais sérias, promovendo a resolução positiva e adaptativa dos desafios (Alewine & Waide, 2018; Barth & Miller, 2000; Lyttle et al., 2021; Monck & Rhuston, 2009).

Posto isto, existem então vários tipos de apoio pós-adoção por forma a abrangerem diferentes domínios da vida das famílias adotivas. De acordo com Hartinger-Saunders et al. (2015), os serviços de apoio pós-adoção podem ser categorizados como informais ou formais. O apoio pós-adoção formal é fornecido por organizações especializadas de suporte/apoio, como programas de aconselhamento, terapia, grupos de apoio e assistência financeira. Por exemplo, os serviços formais podem incluir equipas de adoção, serviços clínicos, subsídios para adoção, serviços educacionais, cuidados temporários e serviços de intervenção em crise (Hartinger-Saunders et al., 2015).

O apoio pós-adoção informal é fornecido por amigos, familiares, comunidades religiosas e outras pessoas que conhecem a família adotiva e podem fornecer apoio emocional, ajuda prática e suporte financeiro de uma forma mais casual. É um tipo de suporte menos estruturado e pode envolver uma rede de pessoas ao invés de um serviço organizado (Hartinger-Saunders et al., 2015). Segundo Lalayants (2020), este apoio informal tem-se demonstrado mais eficaz pois é aquele a que os pais recorrem com mais facilidade, por não se sentirem julgados pelos outros pais, uma vez que estes também passaram pelo mesmo

processo. Ademais, estes pais acabam por ser vistos como fontes seguras de informação pelas suas experiências (Lalayants, 2020). No estudo de Bryan et al. (2008), os pais relataram sentimentos de abandono por parte dos profissionais de adoção, após a sentença de adoção (perceção de baixo suporte formal), recorrendo a grupos de apoio informais para obterem apoio e informações fidedignas (Bryan et al., 2008). Este estudo dá ainda indícios da eficácia deste tipo de suporte, na medida em que as famílias referem recorrer e participar em sessões de apoio informal à adoção, com o fim de aliviarem o stress por elas sentido e de trocarem informações com outros pais em situações semelhantes, tendo os mesmos um impacto positivo no seu bem-estar e na redução dos seus sentimentos de solidão e frustração, bem como no evitamento do insucesso da adoção (Bryan et al., 2008). Num outro estudo, Dawson (2021) também verificou que os grupos de apoio foram essenciais para o declínio das preocupações e ansiedades dos pais participantes, no sentido em que estes se sentiram mais empoderados e com mais conhecimento sobre como ajudar os seus filhos.

Os serviços de apoio pós-adoção podem ainda ser divididos em serviços educacionais e informativos, serviços clínicos e serviços materiais (Barth & Miller, 2000; Dhami et al., 2007; Lalayants, 2020). Os serviços educacionais e informativos oferecem aos pais adotivos informações referentes à criança adotada (história social, médica e genética da criança) e ao seu processo de adoção, incluindo custos e serviços oferecidos por meio de grupos de apoio (Barth & Miller, 2000; Dhami et al., 2007). Por sua vez, os serviços clínicos abrangem grupos de apoio, terapia em crise, enquanto os serviços materiais referem-se a subsídios de adoção, de saúde e de recursos (Lalayants, 2020).

A rede de apoio que uma família tem no processo de pós-adoção pode revelar-se como um fator protetor do sucesso da adoção (Palacios et al., 2019). Smith e Howard (1991) descobriram que o recurso aos serviços pós-adoção estava associado a uma diminuição nos problemas emocionais e comportamentais dos adotados, e isso, por sua vez, estava associado a adoções mais estáveis. A literatura acrescenta que as taxas de insucesso/instabilidade na adoção diminuíram nas famílias que receberam apoio dos serviços de adoção e de pós-adoção (Smith & Howard, 1991). Por sua vez, a falta deste apoio corresponderá a um fator de risco que poderá conduzir ao insucesso da adoção (Palacios et al., 2019). De acordo com Palacios et al. (2019) é essencial trabalhar, desde o início do processo, as expectativas parentais. A gestão das expectativas e preparação para este período, em conjunto com um apoio pós-adoção, adequado e contínuo, irá diminuir os sentimentos de frustração, de luto, de isolamento e de stress dos pais, dotando-os de ferramentas capazes de ultrapassar esses desafios. Num estudo sobre expectativas parentais (Moyer & Goldberg, 2015), os pais

participantes consideraram que o apoio formal que receberam foi insuficiente e inadequado, da mesma forma que também existiram relatos de que o apoio informal (familiares) se demonstrou igualmente ineficaz, pois perante os comportamentos desajustados dos filhos, a própria família e amigos acabava, também, por se afastar. De acordo com os autores, esta baixa perceção de apoio formal e informal intensifica o stress parental face a comportamentos desafiantes das crianças/adolescentes (Moyer & Goldberg, 2015). De facto, como já foi referido anteriormente (Selwyn & Lewis, 2021), a falta de apoio em pós-adoção tem sido também associada a um aumento dos problemas de saúde mental nos pais que adotam (e.g., Helmstead, 2017).

Apesar do aumento, nos últimos anos, da investigação nesta área, não existe ainda evidência sobre que serviços/apoios pós-adoção são mais eficazes na produção de resultados e de relações positivas nas famílias adotivas. Lalayants (2020) realça a necessidade da existência de mais literatura que explique como os serviços de apoio pós-adoção podem ser melhorados e individualizados para atender às necessidades das famílias adotivas. Esta lacuna já havia sido identificada por Smith e Howard (1991), o que revela que não houve uma evolução nesse sentido. Para tal, é fundamental conhecer a fundo que necessidades de apoio têm as famílias e que recursos estão disponíveis no seu contexto/na sua rede social.

Presente Estudo

No contexto português a necessidade de acompanhamento e monitorização das famílias após a adoção bem como de apoio especializado neste período é evidente. De acordo com a pouca literatura na área, em contexto português, quando as famílias adotivas portuguesas necessitam de apoio há uma nítida falta de serviços eficazes (Alves et al., 2022; Cunha & Francisco, 2019). Torna-se então urgente a criação de serviços/apoios eficazes, informados e devidamente especializados em adoção, em Portugal. Acrescentando a isso, é também possível perceber que há ainda um grande caminho a ser percorrido, no que toca à investigação nacional no âmbito do apoio pós-adoção que ainda não é um assunto muito abordado e explorado, fazendo com que as necessidades específicas das famílias adotivas portuguesas não sejam tidas em conta. Face ao exposto, o presente estudo tem como principal objetivo colmatar esta lacuna, contribuindo para alargar o conhecimento sobre o tópico, explorando o apoio (os tipos de apoio) de que as famílias adotivas beneficiam em pós-adoção, bem como os recursos que utilizam. Assim, este estudo tem como objetivos específicos/questões de investigação:

- 1) Identificar diferentes tipos de apoio de que beneficiam as famílias em pós-adoção, segundo a percepção dos pais adotivos (A que tipo de ajuda/apoio têm acesso as famílias em pós-adoção?);
- 2) Identificar correlatos dos diferentes tipos de apoio, considerando variáveis relativas aos pais (sexo e idade), às crianças (sexo e idade), ao passado das crianças (tempo em acolhimento, idade de adoção e experiências adversas que levaram à retirada da família biológica) e à família (estrutura familiar – monoparental ou biparental, com filho único ou com fratrias, localização de residência e tempo de adoção) (Que variáveis dos pais, da criança e da família se relacionam com a percepção de apoio recebido?);
- 3) Analisar os recursos utilizados pelos pais adotivos para apoio em pós-adoção (A quem recorrem os pais adotivos face à necessidade de apoio?);
- 4) Estudar a relação entre o número de recursos e variáveis dos pais, da criança, do passado e da família (A existência de mais recursos tem relação com variáveis dos pais, criança e família?);
- 5) Analisar a frequência de recurso a apoio especializado em adoção e a satisfação parental com esses serviços (Os pais adotivos recorrem a apoio especializado em adoção? Qual o grau de satisfação com a resposta/apoio fornecido por esses serviços?);
- 6) Relacionar o recurso a apoio especializado em adoção com variáveis dos pais, da criança, do passado da criança e da família (Que variáveis dos pais, da criança e da família se relacionam com o recurso a apoio especializado em adoção?).

Método

Participantes

O presente estudo contou com a participação de 107 figuras parentais, das quais 28 (26.2%) eram pais e 79 (73.8%) eram mães, pela via da adoção. Estas figuras parentais tinham entre 35 e 59 anos de idade ($M = 47.51$, $DP = 4.88$), no momento da recolha de dados. No que concerne às suas habilitações literárias, a maior parte, ou seja, 84 (78.4%) figuras parentais tinham ensino superior (bacharelato: $n = 1$, 0.9%; licenciatura: $n = 53$, 49.5%; mestrado: $n = 15$, 14.0%; doutoramento: $n = 15$, 14.0%). Das figuras parentais sem ensino

superior ($n = 23$, 21.5%), 22 (20.6%) tinham concluído o ensino secundário e apenas uma (0.9%) tinha o 3º ciclo do ensino básico.

Quanto à situação profissional aquando do preenchimento do questionário, 101 figuras parentais (94.4%) encontravam-se ativas/empregadas, uma (0.9%) encontrava-se desempregada e cinco (4.7%) estavam sem trabalho por opção. A nível de rendimento familiar, nove famílias (8.4%) recebiam entre 700€-1400€/ mês, 22 (20.6%) recebiam entre 1400€-2100€/mês, 28 (26.2%) entre 2100€-3500€/ mês, 25 famílias (23.4%) recebiam entre 3500€-4900€/mês e 21 (19.6%) recebiam acima de 4900€/mês (2 participantes (1.9%) não responderam à questão).

Quanto à localidade dos participantes, cerca de metade ($n = 53$, 49.5%) pertenciam aos distritos do Porto ($n = 30$, 28%) e Lisboa ($n = 23$, 21.5%), embora se trate de uma amostra nacional com participantes dos diferentes distritos de Portugal continental, bem como das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Relativamente à estrutura familiar, 22 (20.6%) eram famílias monoparentais e a maior parte, ou seja, 85 (79.4%) eram famílias biparentais. Quanto ao número de filhos, menos de metade ($n = 49$, 45.8%) tinham filhos únicos (criança adotada). Nas famílias com fratrias ($n = 58$, 54.2%) estas eram compostas no mínimo por dois e no máximo por cinco irmãos ($M = 2.29$, $DP = 0.56$) dos quais, 25 (23.4%) eram constituídas por irmãos biológicos que foram adotados em conjunto, 21 (19.6%) eram fratrias de irmãos por adoção, sendo que um dos filhos era filho biológico da família adotiva, sete (6.5%) eram irmãos por adoção, mas sem ligação prévia, nem com a família nem entre as crianças (diferentes crianças adotadas, sem ligação biológica entre si) e cinco (4.7%) eram fratrias mistas, ou seja, constituídas por irmãos biológicos e irmãos por adoção, simultaneamente.

As figuras parentais participantes tinham adotado 107 crianças e adolescentes, 58 (54.2%) do sexo masculino e 49 (45.8%) do sexo feminino, em média há cerca de 6.73 anos ($DP = 3.42$). No momento da recolha de dados, estes tinham idades compreendidas entre os 2.50 e os 19.50 anos ($M = 11.17$, $DP = 4.42$). Quanto à escolaridade, no momento da aplicação do questionário, 22 (20.5%) crianças estavam a frequentar a creche ou jardim de infância, 22 (20.5%) crianças frequentavam o 1º ciclo do ensino básico, 18 (16.9%) o 2º ciclo, 26 (24.3%) o 3º ciclo, 18 (16.8%) o ensino secundário e uma (0.9%) criança/adolescente não frequentava a escola.

Em média, as crianças/adolescentes integraram a família adotiva quando tinham entre 0.33 (aproximadamente 4 meses) e 18 anos ($M = 4.44$, $DP = 3.23$), sendo que a grande maioria estava em acolhimento institucional quando isso aconteceu ($n = 104$, 96.3%; apenas

três crianças [2.8%] estavam numa família de acolhimento). Quanto ao tempo que as crianças e adolescentes estiveram em acolhimento, este variou entre 0.08 (1 mês) e 8.67 anos ($M = 2.46$, $DP = 1.75$). Houve crianças ($n = 30$, 29.1%) que nunca viveram com as suas famílias biológicas. As que viveram estiveram, em média, quase três anos com a sua família biológica ($M = 2.79$, $DP = 2.48$, $Min = 0.01$, $Máx = 13.00$). Relativamente aos motivos da retirada, 74 (69.2%) sofreram negligência na família biológica, 38 (35.5%) passaram por experiências de abandono, 13 (12.1%) maltrato físico, oito (7.5%) maltrato psicológico, três (2.8%) abuso sexual e uma (0.9%) foi retirada do seu contexto de origem por motivos de orfandade; para 25 crianças/adolescentes (23.4%) houve consentimento para a adoção. Para 66 crianças (61.7%) a retirada deveu-se a um motivo único, enquanto para as restantes existiram dois ou mais motivos (máximo de quatro) para a retirada.

Instrumentos

O protocolo de recolha de dados do Tempo 1 (T1) do Projeto AdoPt – projeto do qual faz parte este estudo - engloba vários questionários. Abaixo são descritos os instrumentos usados no presente estudo.

Questionário da Rede de Suporte e Apoio Especializado para Famílias Adotivas (Barbosa-Ducharne & Soares, 2021a)

Para avaliar o apoio pós-adoção sentido pelas famílias adotivas foi utilizado o instrumento da Rede de Suporte e Apoio Especializado para Famílias Adotivas, traduzido e adaptado por Barbosa-Ducharne e Soares (2021a), da Escala de Funções da Rede de Suporte Social da família (Almeida et al., 2012). A adaptação do instrumento conta com 13 itens (mais dois que o original), que descrevem tipos de apoio que a família (adotiva) usufrui (e.g., “Alguém que a (o) ajude a tomar conta do(a) seu/sua filho(a)”; “Alguém que a(o) ajude nas tarefas domésticas”; “Alguém que o (a) ajude a manter tempo para si”; “Alguém a quem possa fazer perguntas sobre questões de adoção”), cuja resposta é avaliada numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 = *Nunca* a 5 = *Muitíssimas vezes/ sempre*), avaliando a frequência com que têm usufruído desse apoio. Adicionalmente, para cada questão, os respondentes devem indicar a quem recorrem quando necessitam desse apoio (“A quem pede essa ajuda”), avaliando assim, para cada tipo de apoio, o tipo de recursos disponíveis/a que recorrem. Por fim, a adaptação do instrumento conta com duas questões relativas à procura de apoio

especializado em adoção (e.g., “Já alguma vez recorreu a um profissional/serviço especializado em adoção?” e o grau de satisfação com o serviço, em caso de resposta afirmativa).

Questionário Sociodemográfico (Projeto AdoPt, 2021)

O questionário sociodemográfico foi utilizado para a recolha de informação sociodemográfica dos respondentes, das crianças adotadas e da família (e.g., idade e sexo do respondente, habilitações literárias, situação profissional, estrutura familiar [tipo de família e fratrias], distrito de residência, rendimento familiar, idade e sexo da criança, escolaridade da criança). É respondido pelos pais.

Questionário sobre Experiências e Contextos do Passado da Criança (Barbosa-Ducharne & Soares, 2021b)

Este questionário permitiu recolher as informações relativas às experiências e contextos do passado da criança, usadas neste estudo – idade de adoção, tempo e contexto de acolhimento, idade de retirada da família biológica e experiências de adversidade vividas na família biológica. Trata-se de um questionário aplicado aos pais.

Procedimentos

O presente estudo está inserido num projeto mais amplo, designado de AdoPt - Follow-up em Pós-Adoção: Capacidades, dificuldades e necessidades de famílias adotivas portuguesas, que está a ser realizado na FPCEUP, em parceria com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Este estudo tem como principal objetivo acompanhar 270 famílias adotivas portuguesas, na sua trajetória pós-adoção, através de uma plataforma online, por forma a explorar as dinâmicas familiares, identificando atempadamente fatores de risco e de proteção que podem resultar em instabilidade ou estabilidade na adoção. O projeto foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT; PTDC/SOC-ASO/4158/2020) e foi aprovado pelo Comité de Ética da FPCEUP (Ref. 2021/04-06), sendo acompanhado pela Unidade de Proteção de Dados da Universidade do Porto, por modo a garantir o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD). Tem ainda a colaboração do Instituto de Segurança Social - I.P., Instituto de Segurança Social dos Açores, Instituto da Segurança Social da Região Autónoma da Madeira e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, parcerias que garantem parte do

recrutamento da amostra e a formação dos profissionais de adoção, no âmbito dos objetivos do projeto AdoPt.

Seleção e Recrutamento da Amostra

A amostra do presente estudo corresponde a uma subamostra do Tempo 1 (T1) do projeto AdoPt, na medida em que este T1 ainda se encontra em aberto. O único critério de inclusão para o estudo é famílias com crianças/adolescentes adotados de idade atual entre 2 e 19 anos. Como forma de recrutar famílias para participação no estudo, os Serviços de Adoções dos diferentes centros distritais enviaram, através de um email, um convite a algumas famílias, dentro dos critérios de inclusão no estudo. Esse email continha informação essencial para as famílias poderem decidir se aceitavam a sua participação no estudo e continha também um código de acesso, pessoal e intransmissível para as famílias que aceitassem se registarem na plataforma *myAdoPt*. Outras formas de recrutamento de participantes foram usadas, nomeadamente a divulgação do projeto em redes sociais, grupos de pais adotivos e na comunicação social. Nestas situações, as famílias interessadas em participar precisam enviar um email para adopt@fpce.up.pt, de forma a receberem, posteriormente, o código para registo na plataforma.

Recolha de Dados

Os dados foram recolhidos por via da plataforma online *myAdoPt* (<https://www.myadopt.pt/>), criada numa plataforma *Microsoft Dynamics 365*, onde todos os participantes do estudo tinham acesso a um consentimento informado, onde referia que os participantes eram voluntários na sua participação e livres de abandonar o estudo a qualquer momento. Este documento era assinado pelos participantes antes da sua participação no estudo. Também na plataforma, os participantes acediam ao questionário do T1. Depois de registadas na Plataforma *myAdoPt*, as famílias podem usufruir de todas as suas mais valias (acesso a conteúdos (in)formativos sobre adoção, pedidos de apoio, participação em grupos de pais, etc..).

Análise de Dados

Os dados foram analisados por meio do programa de *software* IBM SPSS® (versão 27). Após a colocação dos dados no programa, foram realizados procedimentos de *screening data*. Relativamente a *missing values*, trata-se de uma amostra sem valores omissos. No que

diz respeito à normalidade univariada das variáveis e à homogeneidade das variâncias, estes pressupostos foram verificados e garantidos. Por fim, não se observaram *outliers* extremos.

Em termos de procedimentos estatísticos recorreu-se à estatística univariada para descrever os participantes e caracterizar os tipos de apoio e os tipos de recursos. Na estatística descritiva foram usadas medidas de tendência central e dispersão, bem como análise de frequências. Numa segunda fase recorreu-se à estatística bivariada para explorar a relação entre os tipos de apoio, e número de recursos, e outras variáveis de caracterização dos pais, da criança e da família (variáveis métricas). Para tal foram usadas correlações bivariadas de *Pearson*. Adicionalmente foram exploradas diferenças de médias dos tipos de apoio, e do número de recursos, em função de determinados grupos, como o sexo da figura parental ou o sexo da criança, o tipo de família, etc., tendo-se recorrido ao Teste *t de Student* para amostras independentes. O recurso a apoio especializado em adoção (variável dicotómica) foi associado às experiências prévias (diferentes variáveis dicotómicas) através de análises de qui-quadrado. Por fim, recorreu-se à estatística multivariada, utilizando ANOVA unifatorial para comparar médias em diferentes grupos (e.g., apoio em função do tipo de fratria).

Resultados

Apoio em Pós-Adoção

A Tabela 1 apresenta os dados descritivos relativos à percepção dos participantes quanto à frequência com que têm beneficiado de diferentes tipos de apoio. Através da análise destes resultados é possível constatar que o tipo de apoio com valores médios mais altos corresponde ao apoio na resposta à necessidade de convívio social (“Alguém com quem se distraia ou se divirta”), revelando tratar-se do pedido de apoio mais frequente entre as figuras parentais participantes, seguido do apoio recebido nas tarefas domésticas (“Alguém que a/o ajude nas tarefas domésticas”). Em relação aos tipos de apoio menos utilizados/beneficiados pelos respondentes (ou seja, com valores médios mais baixos; cf. Tabela 1) verificou-se a ajuda financeira (“Alguém que lhe possa emprestar dinheiro em caso de necessidade”) e o apoio específico sobre adoção (“Alguém a quem possa fazer perguntas sobre questões de adoção”).

Neste estudo foi ainda criada uma medida compósita – Apoio Total – que resulta da média dos 13 itens e corresponde a uma medida global de apoio recebido em pós-adoção. Os dados descritivos desta variável encontram-se, igualmente, na Tabela 1.

Correlatos do Apoio em Pós-Adoção

A Tabela 2 apresenta as correlações entre as variáveis descritas anteriormente e algumas variáveis de caracterização dos pais, das crianças e do seu passado e da família adotiva. Os resultados revelaram que a idade dos pais não se correlacionou significativamente com nenhuma das variáveis de apoio. Por sua vez, a idade da criança correlacionou-se significativa e negativamente com o apoio ao nível de ter “Alguém que entretenha o(a) seu/sua filho(a)” e “Alguém que o(a) ajude a manter algum tempo para si”, verificando-se que quanto mais novas são as crianças, mais as famílias adotivas têm beneficiado destes apoios. O tempo de acolhimento e a idade de adoção correlacionaram-se, ambos, significativa e positivamente, com o apoio de “Alguém para falar acerca daquilo que a (o) preocupa” e “Alguém a quem possa fazer perguntas acerca da educação do(a) seu/sua filho(a)”, verificando-se que quanto mais tempo a criança esteve em acolhimento e quanto mais tarde foi adotada, mais as figuras parentais participantes beneficiaram deste apoio. Por fim, os resultados revelaram que quanto maior o tempo de adoção, menor é o apoio beneficiado pelos pais em ter alguém que ajude a tomar conta da criança/adolescente, a quem possam fazer perguntas sobre educação, que possa emprestar dinheiro, que entretenha a criança/adolescente, que ajude a manter algum tempo para si próprio e alguém a quem possa fazer perguntas sobre adoção. O tempo de adoção correlacionou-se, ainda, significativa e negativamente, com a variável global de apoio, verificando-se que quanto maior o tempo de adoção, menor o apoio beneficiado.

Numa segunda fase, foram analisadas as diferenças no apoio em função de algumas variáveis dicotómicas. Assim, e em relação ao sexo do respondente, verificou-se que, no geral, as mães ($M = 2.80$, $DP = 0.67$) percecionam maior apoio do que os pais ($M = 2.53$, $DP = 0.58$), $t(105) = 1.91$, $p = .029$, $d = 0.42$, IC a 95% [0.01, 0.55]. No que toca ao sexo da criança, observou-se que os pais de rapazes sentem mais apoio na educação e de convívio social/distração pessoal ($M = 3.05$, $DP = 0.98$; $M = 3.53$, $DP = 0.90$, respetivamente) do que os pais de raparigas ($M = 2.59$, $DP = 0.98$; $M = 3.18$, $DP = 0.76$, respetivamente), $t(105) = 2.42$, $p = .017$, $d = 0.47$, IC a 95% [0.08, 0.84]; $t(105) = 2.19$, $p = .031$, $d = 0.42$, IC a 95% [0.03, 0.67]. No que diz respeito à variável do local de residência, não se observaram diferenças estatisticamente significativas no apoio total percebido pelos pais, nem em

nenhum tipo de apoio, em função da família residir numa grande zona urbana de Lisboa ou Porto, ou noutra zona de Portugal.

No que diz respeito às variáveis do passado da criança não se observaram diferenças estatisticamente significativas no apoio em função das experiências adversas vividas pelas crianças/adolescentes no período pré-adoção, que conduziram à retirada da sua família biológica e consequente adoção.

Relativamente às variáveis de estrutura familiar, os resultados revelaram que as famílias biparentais reportaram ter beneficiado de mais apoio em geral ($M = 2.80$, $DP = 0.65$), comparativamente às famílias monoparentais ($M = 2.46$, $DP = 0.60$), $t(105) = 2.18$, $p = .031$, $d = 0.52$, IC a 95% [0.03, 0.64]. Especificamente, as famílias monoparentais reportaram ter beneficiado de menor apoio: nas tarefas domésticas, $t(105) = -5.23$, $p < .001$, $d = -1.25$, IC a 95% [-2.01, -0.92], na procura de ajuda para resolverem assuntos pelo respondente, $t(105) = -2.78$, $p = .006$, $d = -0.66$, IC a 95% [-1.26, -0.21], ou para terem mais tempo para si próprios (respondente), $t(105) = -2.03$, $p = .045$, $d = -0.49$, IC a 95% [-0.94, -0.01].

Por fim, em relação à existência ou não de fratria, os resultados revelaram uma maior perceção de apoio beneficiado nas famílias com fratrias ($M = 2.87$, $DP = 0.71$), quando comparadas com famílias de filhos únicos ($M = 2.56$, $DP = 0.53$), $t(105) = 2.57$, $p = .011$, $d = 0.50$, IC a 95% [0.07, 0.56]. Mais concretamente, as famílias com fratrias reportaram ter beneficiado de maior apoio: nas tarefas domésticas, $t(105) = 3.99$, $p < .001$, $d = 0.77$, IC a 95% [0.48, 1.44], na ajuda a entreter o filho, $t(105) = 2.94$, $p = .004$, $d = 0.57$, IC a 95% [0.18, 0.92], na ajuda na resolução de assuntos, $t(105) = 2.48$, $p = .015$, $d = 0.47$, IC a 95% [0.11, 0.95] e na necessidade de terem mais tempo para si próprios, $t(105) = 2.24$, $p = .028$, $d = 0.43$, IC a 95% [0.05, 0.80]. Relativamente ao tipo de fratria, a ANOVA unifatorial não revelou diferenças estatisticamente significativas no apoio beneficiado.

Recursos Utilizados Pelos Pais Adotivos

A Tabela 3 descreve os resultados relativos aos recursos utilizados pelas figuras parentais participantes. Para cada apoio são descritos os recursos utilizados. Assim, relativamente aos recursos aos quais as famílias recorrem quando necessitam de alguém para falar sobre as suas preocupações, é possível constatar que o cônjuge é o mais requisitado ($n = 81$, 75.7%). Já no apoio para tomar conta do filho adotivo, as famílias recorrem mais aos pais/sogros (avós da criança; $n = 71$, 66.4%). Também na ajuda a

questões sobre a educação do filho, o cônjuge é o mais utilizado como recurso ($n = 47$, 43.9%). Quanto ao apoio financeiro, as famílias recorrem mais aos pais/sogros ($n = 52$, 48.6%), sendo que 46 participantes (43.0%) referiram não pedir o apoio de ninguém. Relativamente ao apoio de alguém que encoraje e incentive a família quando as coisas estão difíceis, o apoio provém maioritariamente do cônjuge ($n = 74$, 69.2%). O cônjuge é novamente o apoio mais requisitado ($n = 74$, 69.2%) nas tarefas domésticas, sendo também fonte de ajuda no meio de transporte ($n = 52$, 48.6%). Também no que toca à resolução de assuntos, o cônjuge é o principal apoio ($n = 69$, 64.5%). Relativamente ao apoio para descontração e diversão, são os amigos/vizinhos o recurso mais utilizado ($n = 92$, 86%). Já no auxílio da ocupação dos tempos livres do filho, os pais/sogros são quem brincam e entretêm a criança ($n = 54$, 50.5%). Relativamente a alguém que informe a família sobre serviços úteis para os filhos, são os amigos/vizinhos, a fonte de maior apoio ($n = 42$, 39.3%). Quanto à necessidade de auto-cuidado, volta a ser o cônjuge que ajuda o outro a manter algum tempo para si próprio ($n = 67$, 62.6%). Por fim, relativamente ao apoio em questões sobre a adoção, as famílias referiram que principalmente não recorriam a ninguém ($n = 37$, 34.6%), sendo que o psicólogo/ psiquiatra era, de seguida, o recurso mais utilizado ($n = 31$, 29.0%).

Fazendo a leitura da Tabela 3 do ponto de vista dos recursos verifica-se que o cônjuge é o recurso mais requerido para partilha das preocupações sobre a criança; os pais/sogros são o recurso mais próximo para ajudar a tomar conta das crianças; os irmãos/cunhados, outros familiares e amigos/vizinhos são mais recrutados para o convívio social e para a distração dos adultos; o professor/escola é recurso para responder a questões sobre a educação dos filhos; o médico de família/pediatra é usado para apoiar em assuntos que não conseguem ser resolvidos pela família; o psicólogo/psiquiatra é mais recrutado para partilha de preocupações e para fazer questões sobre a educação; o serviço de adoção e os grupos de pais adotivos são essencialmente recrutados para questões sobre a adoção.

Os dados permitiram ainda perceber qual a área onde as famílias adotivas, em média, tinham mais recursos, verificando-se que era na ajuda para falar sobre as suas preocupações e no apoio de alguém para se descontraírem e divertirem, sendo o apoio financeiro e as questões relativas à adoção, os tipos de apoio onde as famílias têm menos recursos. Estes dados descritivos encontram-se na Tabela 4, bem uma variável compósita criada para avaliar o nível de recursos disponíveis.

Por fim, os resultados mostraram que o número total de recursos acedidos pelas famílias se correlacionava significativamente com a idade do respondente ($r = -.27$, $p =$

.004), o número de crianças na família ($r = .28, p = .033$) e o tempo de adoção ($r = -.20, p = .040$). Isto é, quanto mais novos eram os respondentes, maior o número de crianças por família e menor o tempo de adoção, maior foi o nível de recursos disponíveis/beneficiados pelas famílias adotivas.

Recurso a Serviços Especializados em Adoção

Os participantes foram questionados se já haviam recorrido a um serviço especializado em adoção. Do total de participantes, 31 (29.8%) responderam que sim e recorreram a vários serviços em simultâneo – 16 (14.9%) recorreram a um profissional de saúde especializado em adoção, 19 (17.8%) recorreram ao serviço de adoções, 3 (2.8%) a um serviço pós-adoção e 8 (7.5%) recorreram a sites especializados. Das figuras parentais que admitiram já ter recorrido a um serviço especializado, a maioria ($n = 22, 70.9\%$) estava bastante ou muito satisfeita com o serviço a que recorreu ($M = 3.00, DP = 1.07, Min = 1.00, Max = 4.00$).

Os resultados revelaram ainda que as famílias que recorrem a ajuda especializada em adoção adotaram crianças significativamente mais velhas ($M = 5.68, DP = 3.91$), comparativamente às que não recorreram a esses serviços ($M = 3.93, DP = 2.78$), $t(105) = 2.59, p = .011, d = 0.55$, IC a 95% [0.41, 3.07], as quais tinham estado, também, mais tempo em acolhimento ($M = 3.08, DP = 2.08$; comparativamente às outras – $M = 2.19, DP = 1.53$), $t(105) = 2.14, p = .038, d = 0.52$, IC a 95% [0.05, 1.72]. Não se observaram associações significativas entre o recurso a apoio especializado e as experiências de adversidade passada vivida pela criança, nem com nenhuma outra variável de caracterização dos pais, criança ou família.

Discussão

Este estudo – de cariz essencialmente exploratório – tinha como principal objetivo explorar o apoio que as famílias adotivas beneficiam em pós-adoção, bem como perceber os recursos a que recorrem, ou que lhes estão mais acessíveis, colmatando assim alguma falta de informação e evidência empírica sobre este tema no contexto da investigação e da prática em adoção, em Portugal. Posto isto, este objetivo foi cumprido e serão então, de seguida, discutidos os resultados que respondem aos objetivos específicos de forma detalhada.

Relativamente ao primeiro objetivo específico do estudo (objetivo 1), que consistia em identificar os apoios em pós-adoção que as famílias beneficiam, foi possível constatar

que os pais adotivos participantes no estudo, reportam maior apoio em resposta à necessidade de convívio social/tempo para se distraírem, seguida do apoio nas tarefas domésticas. Este tipo de apoios (convívio social e tarefas domésticas) não são apoios específicos de adoção e, tal como a literatura em adoção tem sustentado também os dados do presente estudo reforçam que a família adotiva é antes de mais uma família (e.g., Palacios, 1998). Num estudo comparativo entre famílias italianas adotivas e não-adotivas, Rosnati et al. (2013) reportaram que as famílias adotivas obtiveram pontuações menos elevadas em perceção de apoio social, dispondo de menos recursos de apoio do que famílias não adotivas.

Uma vez que o apoio para convívio social/tempo para se distraírem e o apoio nas tarefas domésticas são tipos de apoio informal (Hartinger-Saunders et al., 2015), este resultado é consistente com a literatura, pois segundo esta, este tipo de apoio é o que as famílias percecionam como mais eficaz e com maior disponibilidade. Contrariamente, à semelhança do que também a literatura tem evidenciado (e.g., Alves et al., 2022; Bryan et al., 2008; Dawson, 2021; Festinger, 2002; Harlow, 2018; Lushey et al., 2018; Monck & Rushton, 2009; Reilly & Platz, 2004), o apoio formal parece ser mais escasso e estar menos disponível para as famílias, na medida em que os resultados mostraram que o apoio de que estas menos têm beneficiado é o apoio financeiro e o apoio específico sobre adoção. Ainda assim, é importante notar, contudo, que o baixo usufruto de apoio financeiro, pode também dever-se à inexistência de necessidade por parte dos pais adotivos. A literatura tem mostrado que os pais adotivos têm, por norma, uma certa estabilidade económica e profissional (e.g., Brodzinsky & Huffman, 1988), o que também se veio a verificar no presente estudo – mais de metade das famílias pertencentes à amostra (61.9%) recebem acima de 2100€/mês, e 94.4% dos participantes no estudo encontravam-se ativos/empregados, sendo que só um participante estava desempregado, e cinco não trabalhavam por opção. Já a baixa pontuação relativa ao usufruto de apoio específico sobre adoção pode dever-se, tal como já foi referido anteriormente, ao desconhecimento e à dificuldade em aceder aos recursos existentes (e.g., Alves et al., 2022; Festinger, 2002; Harlow, 2018), à falta de qualidade e de eficácia dos serviços prestados (e.g., Lushey et al., 2018; Palacios, 2007; Selwyn & Lewis, 2021; Sturgess & Selwyn, 2007), ou ao estigma existente em redor da procura de ajuda por parte dos pais (e.g., Harlow, 2018).

Será importante que estudos futuros (possivelmente de cariz mais qualitativo) explorem os motivos para a baixa frequência deste tipo de apoios.

Relativamente ao objetivo específico do estudo que diz respeito à exploração dos recursos utilizados (objetivo 3) pelas famílias para obterem estes apoios, as famílias que

necessitam de apoio financeiro recorrem aos pais/sogros (avós da criança), ou seja, como já referido ao apoio informal, ou a ninguém (seja porque não necessitam, seja porque não têm recurso suscetível de prestar este apoio). Já para o apoio específico sobre a adoção a maior parte das pessoas referem não recorrer a ninguém, sendo que quando recorrem utilizam o psicólogo/psiquiatra (apoio formal; Hartinger-Saunders et al., 2015). Este recurso pode dever-se à maior complexidade do problema envolvido nessa necessidade (Alewine & Waide, 2018; Wind et al., 2007), pois segundo os resultados do presente estudo (em resposta aos objetivos 5 e 6), 29.8% dos pais já recorreram a apoio especializado, sendo que estas famílias se caracterizam por terem adotado crianças mais velhas e que estiveram mais tempo em acolhimento (institucional – cuidado coletivo nos primeiros anos de vida), tendo por isso vivenciado uma maior instabilidade e mais experiências adversas, que poderão ser a causa da procura especializada em adoção (Penner, 2023). Quanto à satisfação dos pais com a utilização dos serviços especializados em adoção (apoio formal), os resultados foram bastante positivos, contrariando a pouca investigação existente sobre o tema em Portugal, no sentido em que esta refere a falta de recursos formais eficazes e capazes de responder às necessidades das famílias (Alves et al., 2022; Cunha & Francisco, 2019). No entanto, apesar da satisfação com os serviços formais, menos de um terço da amostra recorreu aos mesmos, remetendo novamente para a possibilidade de isso se dever à inexistência dos recursos, a um desconhecimento dos recursos ou à sua dificuldade de acesso, tal como refere a literatura (e.g., Alves et al., 2022; Festinger, 2002; Harlow, 2018; Lushey et al., 2018; Monck & Rushton, 2009; Reilly & Platz, 2004).

Ainda no âmbito da exploração dos recursos utilizados pelas famílias (objetivo 3) verificou-se que o cônjuge é o recurso mais requerido em mais tipos de apoio, sendo que também a família mais próxima é bastante recorrida. Denota-se, mais uma vez, o baixo recurso a serviços formais. Estes resultados realçam a necessidade, do ponto de vista prático, de implementação de políticas que normalizem, incentivem e facilitem o acesso das famílias adotivas aos serviços de apoio formal, uma vez que podemos ver que este é pouco utilizado, mas quem o utiliza encontra-se satisfeito. Além disso, e uma vez que os pais demonstram preferência pelo apoio informal, poderia ser benéfico a criação de mais grupos de pais adotivos, para as famílias recorrerem quando necessitarem desse apoio, pois de acordo com Hartinger-Saunders et al., (2015) e Lalayants (2020) estes grupos são fontes de alívio de stress, e locais onde as famílias podem relaxar e sentirem-se compreendidas por “iguais”, que passaram pelos mesmos/semelhantes processos/desafios.

No que refere ao objetivo específico que procura identificar relações entre o apoio em pós-adoção e variáveis relativas aos pais, crianças e família (objetivo 2), verificou-se que o sexo da figura parental respondente está associado à perceção de apoio, sendo as mães que apresentam maior perceção de apoio em pós-adoção. Poderá isto dever-se ao facto das mães, realmente procurarem mais apoio do que os pais, por atravessarem um período emocionalmente mais sensível após a adoção, período no qual as mães experimentam níveis comparáveis de depressão com mães biológicas (Helmstead, 2017; Rosnati et al., 2013). No entanto, também pode significar, por parte das mães, uma maior consciência dos limites, da importância do apoio e da capacidade/abertura para pedir ajuda em resposta aos desafios com que se vão confrontando. Numa lógica de normalização da procura de apoio, as mães parecem estar mais aptas a envolver-se na resolução acompanhada dos problemas e das dificuldades. Também se observou um efeito do sexo da criança no apoio percecionado pelos pais. Assim, pais de rapazes reportaram beneficiar de mais apoio no âmbito da educação e da necessidade de convívio social, quando comparados com pais de raparigas. As crianças/adolescentes do sexo masculino parecem, por isso, constituir um maior desafio para os pais. A idade da criança também se correlacionou com as perceções de apoio das famílias adotivas, verificando-se que quanto mais nova é a criança, maior é a perceção de apoio; por outro lado, quanto mais velha é a criança, menor é a perceção de apoio. No entanto, ao analisar os tipos de apoio em que essa relação se verificou podemos colocar a hipótese de que a redução desse apoio se deve a um menor necessidade do adolescente/família como consequência da fase desenvolvimental em que se encontra – maior autonomia e por isso menos dependência dos pais, o que garante, por si só, que estes precisem menos de alguém que “entretenha o seu filho” ou que fique com ele para que o pai/mãe possa retirar algum tempo para si. Por outro lado, nas famílias com crianças mais novas há necessidade de uma maior retaguarda/recursos a este nível, verificando-se, pelos resultados, que os avós (pais/sogros) são o recurso mais presente.

Os dados mostraram que o apoio é maior junto de famílias com crianças/adolescentes adotados mais tardiamente e com mais tempo de acolhimento (institucional). Parece existir uma consciência, por parte das famílias que procuram o apoio e por parte das entidades/pessoas que prestam esse apoio, de que crianças/adolescentes com estas características necessitam de um maior apoio e acompanhamento. De facto, crianças com estas características foram expostas a experiências adversas durante mais tempo, sendo o impacto no desenvolvimento maior, assim como, possivelmente, as dificuldades de vinculação e os problemas emocionais e comportamentais (Penner, 2023; Waikamp &

Serralta, 2017). Posto isto, torna-se urgente a monitorização de um apoio consistente e eficaz para com estas crianças e famílias (Smith & Howard, 1991). Ao contrário do que se poderia esperar, não se observaram diferenças estatisticamente significativas no apoio em função das experiências adversas vividas pelas crianças/adolescentes no período pré-adoção, o que pode ser indicador de uma menor consciência do impacto destas experiências no desenvolvimento da criança/adolescente ou a falta de apoio específico para dar resposta a estas questões relacionadas com a adversidade e trauma.

No que refere ao tempo de adoção também este se correlacionou negativamente com a perceção de apoio pós-adoção. Isto é, no geral quanto maior o tempo de adoção, menor o apoio percecionado (particularmente, na ajuda a tomar conta da criança/adolescente, alguém que entretenha/passe tempo com a criança/adolescente, apoio para ter tempo pessoal, apoio na educação/desenvolvimento, alguém a quem possa fazer perguntas sobre adoção e apoio financeiro). Este resultado é também consistente com a literatura, pois há relatos de pais que referem que no início, logo após a adoção, sentiam apoio, todavia com o decorrer do tempo foram sentindo que foram sendo abandonadas (Dawson, 2021). Este resultado é particularmente importante (e preocupante), pois numa fase, como a adolescência (há uma associação entre a idade atual e o tempo de adoção, havendo um grupo significativo de crianças/adolescentes, neste estudo, com mais tempo de adoção que se encontram agora na adolescência), em que os desafios em adoção se multiplicam, a falta de apoio pode representar um risco para a estabilidade e sucesso na adoção (Palacios et al., 2019).

Relativamente à estrutura familiar, os resultados demonstraram que famílias monoparentais reportam beneficiar de menor apoio nas tarefas doméstica, no apoio para resolverem assuntos por si, ou na necessidade de terem mais tempo para si próprios, quando comparadas com famílias biparentais. Tudo isto são tarefas às quais, segundo os resultados, as famílias pedem ajuda maioritariamente ao cônjuge, pelo que esta menor perceção de apoio por parte das famílias monoparentais era esperada. Estes resultados reforçam a importância do apoio/suporte social (informal e formal) no caso de adoções singulares, devendo isso ser tido em consideração não apenas durante o processo de avaliação e seleção, mas também no pós-adoção. Em relação ao número de filhos/fratrias, as famílias com fratrias sentem-se mais apoiadas, nas tarefas domésticas, na ajuda a entreter o filho, na ajuda na resolução de assuntos, e na necessidade de terem mais tempo para si próprios, comparativamente às famílias com filhos únicos, o que se revela um resultado positivo, na medida em que a existência de fratrias na família pode constituir uma maior sobrecarga e portanto representar uma maior necessidade de apoio, que parece ser eficazmente respondida.

Por fim, os resultados relativos ao objetivo 4 revelaram que o nível de recursos disponíveis se relacionava com a idade dos pais respondentes (mais novos mais recursos), com o número de crianças (mais crianças mais recursos – que se relaciona com o resultado anteriormente discutido) e mais uma vez com o tempo de adoção (menor tempo de adoção, mais recursos - também já anteriormente discutido). Destacar a relação entre recursos e idade dos pais adotivos, na medida em que este resultado vem reforçar que no âmbito da procura de apoio e do uso de recursos, pais mais novos estão mais aptos, mostrando que a adoção em idades tardias (idade dos adotantes) pode constituir um fator de risco (e.g., Palacios et al., 2019)

Limitações

Refletindo sobre as limitações do presente estudo considera-se que o facto de apenas ter sido usado o Questionário da Rede de Suporte e Apoio Especializado para Famílias Adotivas (Barbosa-Ducharme & Soares, 2021a) como forma de explorar a perceção de apoio beneficiado pelas famílias, e os recursos das mesmas, não possibilita a obtenção de informação completa sobre as reais necessidades das famílias, mas sim da perceção de apoio que elas já têm. O facto de uma família referir que nunca teve apoio numa área da sua vida (baixa perceção de apoio), não significa que ela nunca tenha tido essa necessidade. A existência de uma linguagem mais ambígua no enunciado do questionário deverá ser alvo de alteração. Como sugestão para futura investigação, sugere-se que novos estudos possam explorar as questões do apoio numa perspetiva mais qualitativa que ajude a aprofundar alguns dos dados quantitativos. Além disso, será importante estudar a relação entre estes apoios/recursos e a estabilidade-instabilidade na adoção.

Conclusão

O presente estudo tinha como grande objetivo contribuir para a escassa investigação no âmbito do apoio pós-adoção, explorando o apoio de que as famílias adotivas beneficiam em pós-adoção, bem como os recursos que utilizam. O objetivo foi cumprido conforme já foi referido na discussão.

No que concerne aos tipos de apoio, os pais adotivos demonstraram beneficiar de mais apoio na resposta à necessidade de convívio social/tempo para se distraírem, seguida do apoio nas tarefas domésticas. Já os apoios que as famílias relataram beneficiar menos foram, o apoio financeiro e o apoio específico sobre a adoção. Posto isto, foi possível

perceber, através do estudo que as famílias beneficiam mais do apoio informal, do que do formal, tendo como principais recursos o cônjuge, os pais/sogros, os irmãos/cunhados, os amigos/vizinhos. Adicionalmente, o apoio formal é apenas utilizado quando questões mais graves se levantam pela procura de ajuda especializada capaz de responder às necessidades específicas que surgem. Os resultados revelam também que não há uma política de normalização do apoio especializado em adoção.

Com isto, o estudo pôde contribuir para o levantamento de uma necessidade para a prática, isto é, o estudo revelou a necessidade de se criar políticas que normalizem e incentivem as famílias adotivas a acederem aos recursos formais, uma vez que estes são aqueles que estão devidamente preparados para lidar com as dificuldades e necessidades das famílias. Dessa forma, as famílias irão aceder aos recursos sem qualquer dificuldade e estigma, por considerarem que faz parte do processo normal, e percorrendo esse caminho, irão estar melhor preparadas para enfrentar os desafios da adoção.

Apesar de se tratar de um estudo exploratório, o presente estudo revela-se uma mais-valia para a investigação, uma vez que analisou de forma detalhada a perceção de apoio das famílias em várias áreas e os recursos que as famílias acedem para esse apoio, algo que permite abrir “caminhos” na investigação em pós-adoção.

Referências

- Adopt Project (2021). *Questionário Sociodemográfico*. Instrumento não publicado.
- Alewine, E., & Waide, J. (2018) An exploration of family challenges and service needs during the post-adoption period. *Children and Youth Service Review*, 91, 213-220. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.06.017>
- Almeida, A., Abreu-Lima, I., Cruz, O., Gaspar, M.F, Brandão, T., Alarcão, M., Santos, M. R., & Machado, J. C (2012). Parent education interventions: Results from a national study in Portugal. *European Journal of Development Psychology*, 9(1), 135-149. <https://doi.org/10.1080/17405629.2011.647865>
- Alves, S., Chorão, L., Caetano, B., Henriques, R., Pastor, I., & Pires, R. (2022) Post-adoption help-seeking in Portugal: A comprehensive study on parental difficulties and help-seeking behaviors and perceptions. *International Journal of Environmental Research Public Health*, 19(18), 11283. <https://doi.org/10.3390/ijerph191811283>
- Anderson, D. (2005). Post-adoption services: Needs of the family. *Journal of Family Social Work*, 9(3), 19-33. https://doi.org/10.1300/J039v09n03_02
- Atkinson, A. J., & Riley, D. B. (2017). Training for adoption competency: Building a community of adoption-competent clinicians. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 98(3), 235–242. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.2017.98.23>
- Barbosa-Ducharne, M., & Soares, J. (2021a). *Questionário da Rede de Suporte e Apoio Especializado para Famílias Adotivas*. Instrumento não publicado.
- Barbosa-Ducharne, M., & Soares, J. (2021b). *Questionário sobre Experiências e Contextos do Passado da Criança*. Instrumento não publicado.
- Barroso, R., & Barbosa-Ducharne, M. (2019). Adoption-related feelings, loss and curiosity about origins in adopted adolescents. *Clinical Child Psychology & Psychiatry*, 24(4), 876–891. <https://doi.org/10.1177/1359104519858117>
- Barth, P., & Miller, M. (2000). Building effective post-adoption services: What is the empirical foundation?. *Family Relations*, 49(4), 447–455. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2000.00447.x>
- Brodzinsky, D. M. (2013). *A need to know: Enhancing adoption competence among mental health professionals*. Donaldson Adoption Institute. www.adoptioninstitute.org/wp-content/uploads/2017/03/2013_08_ANeedToKnow.pdf

- Brodzinsky, D. M., & Huffman, L. (1988). Transition to adoptive parenthood. *The Haworth Press*, 12(3-4), 267-286. https://doi.org/10.1300/J002v12n03_13
- Bryan, V., Flaherty, C., & Saunders, C. (2008). Supporting adoptive families: Participant perceptions of a statewide peer mentoring and support program. *Journal of Public Child Welfare*, 4(1) 91-112. <https://doi.org/10.1080/15548730903563178>
- Cunha, B. N., & Francisco, R. (2019). Perspetivas de profissionais e famílias adotivas sobre a criação de serviços de pós-adoção em Portugal. In M. M. Calheiros, E. Magalhães, & L. Monteiro (Eds.). *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (Vol. V). Edições Sílabo.
- Dawson, L. (2021). An educational service's contribution to supporting families formed by adoption. *Educational Psychology in Practice*, 37(4), 362-376. <https://doi.org/10.1080/02667363.2021.1949698>
- Dhami, K., Mandel, R., & Sothmann, K. (2007). An evaluation of post-adoption services. *Children and Youth Services Review*, 29(2), 162-179. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2006.06.003>
- Festinger, T. (2002). After adoption: Dissolution or permanence? *Child Welfare*, 81(3), 515–533. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12092671/>
- Harlow, E. (2018). Defining the problem and sourcing the solution: A reflection on some of the organizational, professional and emotional complexities of accessing post-adoption support. *Journal of Social Work Practice*, 33(3), 1–12. <https://doi.org/10.1080/02650533.2018.1460588>
- Hartinger-Saunders, R., Trouteaud, A., & Johnson, J., (2015). Post adoption service need and use as predictors of adoption dissolution: Findings from the 2012 National Adoptive Families Study, *Adoption Quarterly*, 18(4), 255-272. <https://doi.org/10.1080/10926755.2014.895469>
- Helmstead, J. K. (2017). Parental perception of post-adoption depression in adoptive mothers of Eastern European children: A qualitative case study analysis. [ProQuest Information & Learning]. In *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering*, 78(3-B(E)).
- Instituto de Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP). (2022). CASA 2021: *Caraterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Instituto de Segurança Social. https://www.segsocial.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA_2021/d6eafa7c-5fc7-43fc-bf1d-4afb79ea8f30

- Lalayants, M. (2020). Strengthening caregivers' adoption experiences through support services. *Child Welfare*, 98(3), 25-53. <https://www.jstor.org/stable/48623664>
- Lyttle, E., McCafferty, P., & Taylor, B. (2021). Experiences of adoption disruption: Parents' perspectives. *Child Care in Practice*. <https://doi.org/10.1080/13575279.2021.1941767>
- Lushey, C., Holmes, L., & McDermid, S. (2018). Normalizing post adoption support for all. *Child & Family Social Work*, 23(2), 137–145. <http://dx.doi.org/10.1111/cfs.12391>
- Monck, E., & Rushton, A. (2009). Access to post-adoption services when the child has substantial problems. *Journal of Children's Services*, 4(3), 21–33. <https://doi.org/10.1108/17466660200900015>
- Moyer, A., & Goldberg, E. (2015). We were not planning on this, but ...': Adoptive parents' reactions and adaptations to unmet expectations. *Child and Family Social Work*, 22, 12-21. <https://doi.org/10.1111/cfs.12219>
- Palacios, J. (1998). Familias adoptivas. In M. J. Rodrigo & Palacios (coord). *Famili y desarrollo humano* (353-371). Alianza Editora
- Palacios, J. (2007). Después de la adopción: Necesidades y niveles de apoyo. *Anuario de Psicología*, 38(2), 181-198. <https://core.ac.uk/download/pdf/39050582.pdf>
- Palacios, J., Rolock, N., Selwyn, J., & Barbosa-Ducharne, M. (2019). Adoption breakdown: Concept, research, and implications. *Research on Social Work Practice*, 29(2), 130–142. <http://dx.doi.org/10.1177/1049731518783852>
- Penner, J. (2023). Post-adoption service provision: A scoping review. *Adoption Quarterly*. <https://doi.org/10.1080/10926755.2023.2176957>
- Pennington, E. (2012). *It takes a village to raise a child: Adoption UK survey on adoption support*. Adoption UK. <https://www.adoptionuk.org/Handlers/Download.ashx?IDMF=8e83226d-46dc-4769-8b4f-94bf8effced5>
- Pinderhughes, E. E., & Brodzinsky, D. M. (2019). Parenting in adoptive families. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting*, 3^{ed} (Vol 1). Routledge.
- Raby, K., & Dozier, M. (2019). Attachment across the lifespan: Insights from adoptive families. *Current Opinion in Psychology*, 25, 81–85. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2018.03.011>
- Reilly, T., & Platz, L. (2004). Post-adoption service needs of families with special needs children: Use, helpfulness, and unmet Needs. *Journal of Social Service Research*, 30(4), 51–67. https://doi.org/10.1300/J079v30n04_03

- Riley, D., Singer, E (2020). Training for adoption competency curriculum. In G. M. Wrobel, E. Helder, & E. Marr (Eds.), *The Routledge handbook of adoption*, 449-463. Routledge.
- Rosnati, R., Ranieri, S., & Barni, D. (2013). Family and social relationships and psychosocial well-being in Italian families with internationally adopted and non-adopted children. *Adoption Quarterly*, 16(1), 1–16.
<https://doi.org/10.1080/10926755.2012.731030>
- Sánchez-Sandoval, Y., Jiménez-Luque, N., Melero, S., Luque, V., & Verdugo, L. (2020). Support needs and post-adoption resources for adopted adults: A systematic review. *British Journal of Social Work*, 50(6), 1775–1795.
<https://doi.org/10.1093/bjsw/bcz109>
- Selwyn, J., & Lewis, S. (2021). *Supporting adoptive families: The views of adoptive parents in four regional adoption agencies*. Department for Education.
<https://dera.ioe.ac.uk/id/eprint/38680>
- Selwyn, J., Meakins, S., & Wijedasa, D. (2016). Beyond the adoption order: Challenges, interventions and adoption disruption. *British Journal of Social Work*, 46(2), 566–569.
<https://doi.org/10.1093/bjsw/bcw009>
- Smith, S. L., & Howard, J. A. (1991). A comparative study of successful and disrupted adoptions. *Social Service Review*, 65(2), 248–265. <https://doi.org/10.1086/603836>
- Soares, J., Barbosa, D. M., Palacios, J., Moreira, M., Fonseca, S., & Cruz, O. (2019). Adopted children's social competence: The interplay between past and present influences. *Family Relations*, 68(5), 565–579. <https://doi.org/10.1111/fare.12391>
- Soares, J., Ralha, S., Barbosa-Ducharne, M., & Palacios, J. (2019). Adoption-related gains, losses and difficulties: The adopted child's perspective. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 36(3), 259–268. <https://doi.org/10.1007/s10560-018-0582-0>
- Sturgess, W., & Selwyn, J. (2007). Supporting the placements of children adopted out of care. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 12(1), 13–28.
<https://doi.org/10.1177/1359104507071051>
- Waikamp, V., & Serralta, F. (2017). Repercusiones del trauma en la infancia en la psicopatología de la vida adulta. *Ciências Psicológicas*, 12(1), 137-144. <https://doi.org/10.22235/cp.v12i1.1603>
- Weistra, S., & Luke, N. (2017). Adoptive parents' experiences of social support and attitudes towards adoption. *Adoption and Fostering*, 41(3), 228–241.
<https://doi.org/10.1177/030857591770870>

- Wind, L., Brooks, D., & Barth, R. (2007). Influences of risk history and adoption preparation on post-adoption services use in US adoptions. *Family Relations*, 56(4), 378–389.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1741-3729.2007.00467.x>
- Wrobel, G., & Grotevant, H. (2019). Minding the (information) gap: What do emerging adult adoptees want to know about their birth parents? *Adoption Quarterly*, 22(1), 29–52.
<https://doi.org/10.1080/10926755.2018.1488332>

Tabela 1*Tipos de Apoio em Pós-Adoção: Estatística Univariada*

Variável	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min-Máx</i>
1. Alguém para falar acerca daquilo que a (o) preocupa	3.21	0.99	1 - 5
2. Alguém que a(o) ajude a tomar conta do(a) seu/sua filho(a)	2.93	1.06	1 - 5
3. Alguém a quem possa fazer perguntas acerca da educação do(a) seu/sua filho(a)	2.84	1.00	1 - 5
4. Alguém que lhe possa emprestar dinheiro em caso de necessidade	1.83	1.12	1 - 5
5. Alguém que a(o) encoraje ou incentive quando as coisas parecem difíceis	3.16	0.99	1 - 5
6. Alguém que a(o) ajude nas tarefas domésticas	3.32	1.33	1 - 5
7. Alguém com quem se descontraia ou se divirta	3.37	0.85	1 - 5
8. Alguém que entretenha o(a) seu/sua filho(a) (brinque, faça jogos organize passeios, etc)	2.75	1.00	1 - 5
9. Alguém que assegure meio de transporte para si ou para o(a) seu filho (e.g., em casos de urgência)	2.54	1.21	1 - 5
10. Alguém que resolva os seus assuntos quando não pode	2.45	1.14	1 - 5
11. Alguém que a(o) informe de serviços úteis para o(a) seu/sua filho(a) ou para a sua família	2.48	1.00	1 - 5
12. Alguém que o(a) ajude a manter algum tempo para si	2.51	0.99	1 - 5
13. Alguém a quem possa fazer perguntas sobre questões de adoção	2.08	1.04	1 - 5
Apoio Total – Medida Compósita	2.73	0.65	1.46 - 4.85

Nota. A variável Apoio Total – Medida Compósita resulta da média dos 13 itens.

Tabela 2

Correlatos dos Tipos de Apoio em Pós-Adoção

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
1	1																		
2	.40***	1																	
3	.49***	.39***	1																
4	.13	.17	.44***	1															
5	.50***	.24*	.49***	.51***	1														
6	.21*	.33***	.14	.14	.14	1													
7	.13	.21*	.28**	.23*	.28**	.29**	1												
8	.18	.34***	.39***	.26**	.33***	.24*	.42***	1											
9	.21*	.36***	.46***	.47***	.46***	.34***	.22*	.51***	1										
10	.25**	.29**	.38***	.37***	.37***	.43***	.34***	.45***	.61***	1									
11	.23*	.21*	.41***	.27**	.32***	.26**	.21*	.31***	.41***	.53***	1								
12	.26**	.38***	.39***	.39***	.40***	.45***	.45***	.43***	.49***	.53***	.52***	1							
13	.28**	.01	.34***	.34***	.43***	.08	.18	.27**	.28**	.32***	.38***	.37***	1						
14	.52***	.54***	.68***	.59***	.67***	.53***	.51***	.63***	.74***	.74***	.63***	.75***	.52***	1					
15	-.03	-.08	-.07	-.17	-.08	-.13	-.04	-.05	-.07	-.07	-.09	-.14	-.04	-.13	1				
16	.08	-.10	-.06	-.14	.003	-.12	-.09	-.26**	-.06	.02	-.01	-.24*	-.08	-.13	.39***	1			
17	.25*	.13	.24*	-.06	.14	-.06	-.04	-.03	.03	.03	.06	-.04	.09	.09	.16	.40***	1		
18	.20*	.07	.21*	.09	.16	-.14	-.04	-.08	-.04	.03	.10	-.10	.15	.07	.14	.64***	.72***	1	
19	-.09	-.20*	-.28**	-.27**	-.15	-.03	-.08	-.26*	-.04	-.002	-.10	-.21*	-.25*	-.24*	.38***	.69***	-.18	-.12	1

Nota. 1. Alguém para falar acerca daquilo que a (o) preocupa; 2. Alguém que a(o) ajude a tomar conta do(a) seu/sua filho(a); 3. Alguém a quem possa fazer perguntas acerca da educação do(a) seu/sua filho(a); 4. Alguém que lhe possa emprestar dinheiro em caso de necessidade; 5. Alguém que a(o) encoraje ou incentive quando as coisas parecem difíceis; 6. Alguém que a(o) ajude nas tarefas domésticas; 7. Alguém com quem se descontrai ou se divirta; 8. Alguém que entretenha o(a) seu/sua filho(a) (brinque, faça jogos organize passeios, etc); 9. Alguém que assegure meio de transporte para si ou para o(a) seu filho(a) (e.g. em casos de urgência); 10. Alguém que resolva os seus assuntos quando não pode; 11. Alguém que a(o) informe de serviços úteis para o(a) seu/sua filho(a) ou para a sua família; 12. Alguém que o(a) ajude a manter algum tempo para si; 13. Alguém a quem possa fazer perguntas sobre questões de adoção; 14. Apoio Total – Medida Compósita; 15. Idade dos pais; 16. Idade da criança; 17. Tempo em acolhimento; 18. Idade da criança no momento da adoção; 19. Tempo de adoção.

* $p < .050$, ** $p < .010$, *** $p < .001$.

Tabela 3

Recursos Utilizados pelas Figuras Parentais, em Função do Tipo de Apoio: Frequências

	Ninguém		Cônjuge		Pais/ Sogros		Irmãos/ Cunhados		Outros familiares		Amigos/ Vizinhos		Escola/ Professor Criança		Médico família / pediatra		Psicólogo/ Psiquiatra		Serviço de adoção		Grupo pais adotivos		Outros	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
1	3	2.8	81	75.7	38	35.5	34	31.8	10	9.3	58	54.2	19	17.8	10	9.3	36	33.6	1	0.9	3	2.8	2 ^a	1.9
2	4	3.7	53	49.5	71	66.4	30	28.0	12	11.2	24	22.4	4	3.7	0	0.0	2	1.9	0	0.0	0	0.0	6	5.6
3	15	14.0	47	43.9	28	26.2	28	26.2	7	6.5	39	36.4	37	34.6	13	12.1	38	35.5	3	2.8	3	2.8	9	8.4
4	46	43.0	14	13.1	52	48.6	12	11.2	6	5.6	8	7.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
5	3	2.8	74	60.2	42	39.3	32	29.9	13	12.1	64	59.8	4	3.7	1	0.9	21	19.6	0	0.0	3	2.8	3	2.8
6	15	14.0	74	69.2	23	21.5	3	2.8	3	2.8	1	0.9	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	27 ^b	25.2
7	1	0.9	71	66.4	31	29.0	41	38.3	26	24.3	92	86.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	6	5.6
8	12	11.2	47	43.9	54	50.5	39	36.4	19	17.8	52	48.6	10	9.3	0	0.0	1	0.9	0	0.0	0	0.0	17	15.9
9	19	17.8	52	48.6	49	45.8	30	28.0	14	13.1	32	29.9	2	1.9	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	5	4.7
10	21	19.6	69	64.5	39	36.5	23	21.5	6	5.6	15	14.0	2	1.9	1	0.9	0	0.0	0	0.0	0	0.0	2	1.9
11	21	19.6	25	23.4	14	13.1	21	19.6	13	12.1	42	39.3	36	33.6	22	20.6	26	24.3	3	2.8	3	2.8	8	7.5
12	17	15.9	67	62.6	52	48.6	23	21.5	9	8.4	22	20.6	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	2	1.9
13	37	34.6	13	12.1	2	1.9	2	1.9	1	0.9	13	12.1	4	3.7	10	9.3	31	29.0	25	23.4	9	8.4	6	5.6

Nota. 1. Alguém para falar acerca daquilo que a (o) preocupa; 2. Alguém que a(o) ajude a tomar conta do(a) seu/sua filho(a); 3. Alguém a quem possa fazer perguntas acerca da educação do(a) seu/sua filho(a); 4. Alguém que lhe possa emprestar dinheiro em caso de necessidade; 5. Alguém que a(o) encoraje ou incentive quando as coisas parecem difíceis; 6. Alguém que a(o) ajude nas tarefas domésticas; 7. Alguém com quem se descontraia ou se divirta; 8. Alguém que entretenha o(a) seu/sua filho(a) (brinque, faça jogos organize passeios, etc); 9. Alguém que assegure meio de transporte para si ou para o(a) seu filho(a) (e.g. em casos de urgência); 10. Alguém que resolva os seus assuntos quando não pode; 11. Alguém que a(o) informe de serviços úteis para o(a) seu/sua filho(a) ou para a sua família; 12. Alguém que o(a) ajude a manter algum tempo para si; 13. Alguém a quem possa fazer perguntas sobre questões de adoção. ^a CPCJ; ^b *n* = 20 – empregada doméstica;

Tabela 4*Número Médio de Recursos, em Função do Tipo de Apoio*

<i>Variável</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min-Máx</i>
1. Alguém para falar acerca daquilo que a (o) preocupa	2.75	1.73	0 - 9
2. Alguém que a(o) ajude a tomar conta do(a) seu/sua filho(a)	1.94	1.08	0 - 6
3. Alguém a quem possa fazer perguntas acerca da educação do(a) seu/sua filho(a)	2.36	1.7	0 - 6
4. Alguém que lhe possa emprestar dinheiro em caso de necessidade	0.85	0.96	0 - 5
5. Alguém que a(o) encoraje ou incentive quando as coisas parecem difíceis	2.4	1.39	0 - 6
6. Alguém que a(o) ajude nas tarefas domésticas	1.23	0.72	0 - 3
7. Alguém com quem se descontraia ou se divirta	2.47	1.15	0 - 5
8. Alguém que entretenha o(a) seu/sua filho(a) (brinque, faça jogos organize passeios, etc)	2.23	1.44	0 - 6
9. Alguém que assegure meio de transporte para si ou para o(a) seu filho(a) (e.g. em casos de urgência)	1.71	1.21	0 - 5
10. Alguém que resolva os seus assuntos quando não pode	1.48	1.24	0 - 7
11. Alguém que a(o) informe de serviços úteis para o(a) seu/sua filho(a) ou para a sua família	1.99	1.75	0 - 7
12. Alguém que o(a) ajude a manter algum tempo para si	1.64	1.16	0 - 5
13. Alguém a quem possa fazer perguntas sobre questões de adoção	1.08	1.13	0 - 5